



CARAS AMIGAS, RARAS LEITORAS? A FORMAÇÃO DA MULHER LEITORA NO BRASIL (1914/1936)

Barbara Heller *

RESUMO: A pesquisa busca analisar a Revista Feminina, que perdurou de 1914 a 1936, no que se refere à formação da leitora brasileira do mesmo período. Para tanto, será analisada em seus exemplares a seção "Jardim Fechado", na qual as assinantes trocavam correspondência, debatendo os mais variados assuntos – dentre eles, a leitura. Pretende-se, assim, confirmar que havia uma prática feminina de leitura mais eficiente do que a história da leitura no Brasil nos mostra. É importante reforçar que se trata de um único periódico, dos vários produzidos por e para mulheres no início do século XX no Brasil, mas que pode ser considerado o início da desconstrução da informação de que apenas 20% das mulheres até 1920 eram alfabetizadas em nosso país e, portanto, leitoras em potencial.

PALAVRAS-CHAVE: Revista Feminina; práticas de leitura; Jardim Fechado.

Introdução

A Revista Feminina, embora do início do século XX, pode ser considerada como mais uma dentre as várias publicações femininas que surgiram no Brasil ainda no século XIX. No entanto, algumas de suas características permitem considerá-la um marco importante quando se pensa na história da leitura do Brasil,

* Universidade Paulista-Unip.

principalmente da praticada pelas mulheres: sua longevidade, 22 anos (1914 - 1936); sua organização editorial e, principalmente, suas discussões internas sobre o que se deve dar como leitura às mulheres do Brasil.

Embora por trás da figura da Virgínia Salles Pinto, a fundadora, esteja a presença de Cláudio de Souza, médico e literato, membro da Academia Brasileira de Letras, tal periódico manteve a preocupação constante de ter direção familiar e voltada especialmente ao público feminino. Após a morte da fundadora, em 1918, foi seu marido, João Salles, quem dirigiu a empresa, até 1925, quando a filha do casal, Avelina Salles Haynes (nascida Avelina Souza Salles) tornou-se sua secretária e redatora.

É importante lembrar que a *Revista* teve origem em São Paulo, cidade onde ocorreram, na virada do século XIX para o XX, fortes investimentos na escolaridade, ao mesmo tempo em que se notava crescente profissionalização feminina.

Embora ainda em 1920 as taxas oficiais de alfabetização tanto para homens como para mulheres fossem baixas, isso não quer dizer que não ocorressem práticas de leitura.

Nas palavras de Ana Luiza Martins:

Não obstante a estatística de 1920 para a Capital [São Paulo] ainda apontar a inferioridade numérica da mulher alfabetizada em relação ao homem, tratava-se de diferença irrelevante, já que ser alfabetizado não significava dominar a prática da leitura. Muitos eram considerados alfabetizados, poucos efetivamente liam. Acrescente-se que, ao contrário dos homens, as mulheres acabavam por completar sua escolaridade, aspirando ao degrau máximo da época, a Escola Normal da Praça. (MARTINS, 2001, p.377).

É pensando neste contexto cultural em que conviviam homens alfabetizados, mas não leitores, com mulheres que se tornaram normalistas, apesar da vigilância dos pais, dos maridos e da

Igreja quando se manifestavam interessadas em romances, que a *Revista Feminina* ganha maior relevância e interesse.

Afinal, ela perdurou 22 anos, espalhou-se pelo Brasil e suas páginas refletem a leitura consentida ao público feminino: junto com conselhos sobre maquiagem, moda, higiene e culinária, encontram-se sonetos, trechos de romances e cartas em que as assinantes manifestam-se preocupadas com o que dar como leitura às suas filhas. Tais cartas, sempre publicadas na seção "Jardim Fechado", são meu principal foco de análise, apesar do risco que tal fonte apresenta: sem ter como checar a idoneidade das assinantes das cartas, posso estar acreditando na participação de um público feminino utópico, uma vez que muitos homens podem ter se utilizado de pseudônimos femininos para assiná-las.

1. IMPORTÂNCIA DA REVISTA FEMININA

Para compreender melhor a importância cultural da *Revista Feminina*, publicação feminina brasileira ainda pouco estudada nos meios acadêmicos¹, quero adotar a perspectiva adotada por Homi K. Bhabha:

Os próprios conceitos de culturas nacionais homogêneas [...] estão em profundo processo de redefinição. O extremismo odioso do nacionalismo sérvio prova que a própria idéia de uma identidade nacional pura, 'eticamente purificada', só pode ser atingida por meio da morte, literal e figurativa, dos complexos entrelaçamentos da história e por meio das

¹ Exceções devem ser feitas a Sonia Mascaro, autora da dissertação de mestrado *A Revista Feminina: imagens da mulher (1914-1930)*, defendida em 1982, e a Sandra Lúcia Lopes Lima, autora da tese de doutorado *Espelho da mulher: Revista Feminina (1916-1925)*, defendida em 1991. (Ver bibliografia.)

fronteiras culturalmente contigentes de nacionalidade [nationhood] moderna (BHABHA, 2001, p.24).

A partir desta perspectiva, pode-se atribuir à *Revista Feminina* uma importância que ainda não lhe foi conferida, uma vez que ela também colaborou na constituição do processo cultural brasileiro nas décadas de 20 a 30, isto é, fez parte do que Homi Bhabha chama de “entrelaçamentos da história” e de “fronteiras contigentes da nacionalidade”. Embora não faça parte dos textos canônicos que ajudaram a construir a identidade e a cultura nacionais – discussão já iniciada por José de Alencar, no Romantismo brasileiro –, não se pode negar a colaboração para a formação cultural do país de um periódico que publicou regularmente, por 22 anos, edições que até hoje podem ser consultadas².

Afinal, como ainda diz Homi Bhabha,

Cada vez mais, as culturas nacionais estão sendo produzidas a partir da perspectiva de minorias destituídas (BHABHA, 2001, p. 25.).

Se lembrarmos que 80% das mulheres brasileiras até o final dos anos 20 no Brasil eram analfabetas segundo os censos oficiais da época, parece pertinente considerá-las como uma “minorias destituída”, sem direito à palavra escrita.

No entanto, embora esta hipótese pareça verossímil, pois reforça o que a história social da mulher no Brasil vem afirmando sobre a pouca participação das brasileiras no mundo cultural até a segunda metade do século XX, é digno de nota observar que a *Revista Feminina* parece contradizer tal versão. Basta lembrar que o número de assinantes mulheres cresceu significativamente entre 1914 e 1917: em 1914, contava com 4.235 assinaturas e, três anos depois, com

² As edições completas da *Revista Feminina* encontram-se em perfeito estado de conservação e podem ser consultadas no Arquivo do Estado de São Paulo (AESP).

14.468, ou seja, três vezes e meia a mais que em 1917. Além disso, muitas leitoras, das mais variadas partes do país, começaram a escrever na seção “Jardim Fechado” a respeito de livros, poesia, leitura, casamento e estética. São tantas as colaborações, que não se pode mais afirmar com tranquilidade que as mulheres estavam intelectualmente despreparadas para exercer o direito de se corresponder e até de publicar suas produções literárias, conforme veremos mais adiante.

2. EDUCAÇÃO FEMININA NO BARSIL – UM ESBOÇO

Embora não se possa definir com segurança a qual classe social pertenciam as colaboradoras da *Revista Feminina*³, não parece improvável pensar que os censos oficiais de alfabetização feminina no país de 1890/1920 não contemplaram a totalidade das mulheres alfabetizadas. Em outras palavras: além das mulheres formadas nas escolas particulares e religiosas que se instalaram no país⁴, deveria haver mulheres de camadas sociais mais populares que aprendiam, com suas mães, em casa, ou com colegas, no trabalho, a ler e a escrever, o que pode caracterizar uma prática informal de alfabetização.

É importante enfatizar que se trata de uma hipótese que não se sustenta em documentos – relatos orais ou escritos –, porque até o momento são inexistentes, mas na observação de uma aparente

³ Avelina, filha de D. Virgilina, fundadora da *Revista Feminina*, em depoimento cedido a Sandra Lucia Lopes Lima, afirma que a revista tinha por público “mulheres de uma classe mais alta. Naquele tempo não se dividia em classe média, nada disso. Era da classe melhor: mulheres de fazendeiros, professoras, mulheres de delegados, prefeitos.” (LIMA: 1991: p. 232.)

⁴ Além dos censos oficiais, é possível obter informações relativas à alfabetização feminina no Brasil por meio de documentos escolares. Leonor Tanuri, em *O ensino fundamental no Estado de São Paulo 1890/1930*, apresenta doze tabelas que tratam desde matrículas na Escola Normal de 1847 a 1910, até números de diplomados e de escolas até 1934, em São Paulo.

incoerência numérica: a crescente participação feminina espontânea na imprensa feminina e não-feminina nos fins do século XIX e ao longo das primeiras décadas do século XX, e a informação de um número reduzido de mulheres alfabetizadas ao longo do mesmo período.

Como aponta Jane Soares Almeida:

[...] Com um maior acesso à escolarização e o crescimento do espaço urbano, *mais mulheres passaram a fazer parte do público leitor* [grifo meu] e reproduzir as ideologias e as representações divulgadas. A imprensa serviu para dar expansão aos sufocados sentimentos femininos e, no meio literário, surgiu uma oportunidade de revelação daquilo que se passava no espaço privado. Os jornais e as revistas femininas, que constituíam a forma mais elaborada dos primeiros, permitiram a emergência de um universo político e literário que detinha o poder de ampliar o universo e decifrar o cotidiano das mulheres, *o que nem sempre foi assinalado nas narrativas oficiais* [grifo meu]. (ALMEIDA, 1998, p.117)

A história da educação no país, especialmente no estado de São Paulo, também permite reforçar a hipótese de um maior número de mulheres alfabetizadas:

Embora as estatísticas e diversas aferições sobre a familiaridade dos vários grupos populacionais com a escrita e a leitura no período [1890/1915] sejam extremamente precárias, algumas indicações indiretas fornecem pistas sobre a questão. Assim temos que, entre o fim do século XIX e o início da segunda década do século XX, São Paulo logrou triplicar os índices de matrícula na instrução primária. O número de alunos passa de 43 mil em 1898 para mais de 150 mil em 1912 [...]. Entre 1890 e 1920 o estado de São Paulo saltaria de décimo para segundo lugar em termos de índices de alfabetização da população. A partir da segunda década do

século XX, o sistema de instrução pública em São Paulo, combinando a ação da Escola Normal e os grupos escolares modelos, seria tido como o mais avançado do país, despertando o orgulho da Escola Normal [...]. (CRUZ, 2000, p.67.)

Entre 1920 e 1930, cerca do 90% das matrículas e conclusões do curso da Escola Normal no estado de São Paulo pertenciam ao sexo feminino (TANURI, 1979, p.191), o que caracterizava estas instituições como destinadas às mulheres. Ao mesmo tempo, nos anúncios classificados das raros jornais em circulação da época, homens e mulheres alfabetizados e “que têm boa caligrafia”, ofereciam-se para trabalhar (CRUZ, 2000, p. 69), o que reforça a idéia de que mulheres pertencentes a camadas sociais menos privilegiadas também talvez soubessem ler e escrever.

Além dos números que relativizam a baixa alfabetização, deve-se lembrar que a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro já funcionava desde 1808; a de Salvador, desde 1811 e, a de São Paulo, desde fevereiro de 1925. Além disso, havia os gabinetes de leitura, como o Real Gabinete de Leitura do Rio de Janeiro, em funcionamento desde 1837. Em outras palavras: havia no país locais onde praticava-se a leitura, retiravam-se e devolviam-se livros e impressos em geral.

De um modo geral, a instrução pública era incipiente em todo o Brasil Imperial, mas começou a melhorar, gradativamente, nas primeiras décadas da República.

Entre 1890 e 1920, o desenvolvimento das cidades, a vinda de imigrantes, o crescente número de empregados direta ou indiretamente envolvidos na comercialização do café, a multiplicação de bancos e casas exportadoras, a ampliação do funcionalismo público, a ampliação da rede ferroviária e aumento no movimento dos portos permitiram a formação de um contingente urbano, consumidor em potencial de bens culturais: livros, sessões de teatro e de cinematógrafos, etc. (LAJOLO & ZILBERMAN, 1985, p. 25.)

No Brasil inteiro, no período de 1900 a 1911, são fundadas 99 instituições culturais. Em 1912, o Brasil contava com 465 bibliotecas, contra 406 em 1907 (IBGE 1927, v. 3, p. 583.).

Parece que, a partir da Proclamação da República, surgem não só campanhas contra o analfabetismo, como diversas atividades culturais. Os resultados começam a aparecer, também para as mulheres, embora não tenha surgido nessa época nenhuma nova corrente de idéias educacionais.

Há várias e possíveis explicações para o crescimento numérico de mulheres alfabetizadas: a estruturação do ensino em São Paulo, a fundação de Escolas Normais e religiosas femininas e a influência do positivismo.

Em São Paulo, a partir de 1890, verifica-se a expansão da rede de ensino e a organização e o aperfeiçoamento do sistema escolar (TANURI, 1979, p.78) . Em 1893, o Estado mantinha 1398 escolas públicas, sendo 817 para o sexo masculino, 489 para o feminino e 92 mistas (TANURI, 1979, p.100).

Dois fatores principais contribuíram para São Paulo ter melhorias na área educacional: muitos dos republicanos paulistas eram militantes da causa educacional (tais como Rangel Pestana, que governou o Estado nos primeiros dias da República; Américo Brasiliense, governador do Estado em 1891; Gabriel Prestes, deputado estadual e diplomado pela Escola Normal em 1888 e seu diretor de 1893 a 1898) ao que se somava a posição de destaque que São Paulo ia conquistando no campo político e econômico do país, graças ao café, à construção de estradas de ferro, aos primeiros ensaios de industrialização. (LAJOLO & ZILBERMAN, 1985, p.25).

Foi o próprio Rangel Pestana quem fundou, também em São Paulo, em 1876, o Colégio Pestana, de nível primário e secundário, para alunas internas e semi-internas, que freqüentavam o colégio em período integral.

Pode-se dizer que foram tantos os progressos na esfera do ensino primário e Normal no Estado de São Paulo, que a educação

paulista acabou servindo de paradigma para o resto do país nos primeiros trinta anos de República.

Há também uma presença significativa de escolas secundárias particulares na educação feminina, conforme estudo de Elza Nadai: em 1894, também em São Paulo, para um total de 44 escolas secundárias particulares, havia 17 dedicadas ao ensino feminino, 22 ao sexo masculino e 5 mistas. Trinta e seis eram laicas e 8 religiosas.

O termo “escola”, no entanto, quando se refere ao ensino feminino, deve ser interpretado conforme o contexto da época: normalmente compunha-se de uma única sala, muitas vezes situada no interior da própria casa da professora, de existência efêmera e currículo mais voltado à religião e a trabalhos de agulha.

A escola leiga raramente era seriada, funcionava em regime de externato, contava com um número restrito de professores que lecionava todas as disciplinas.

A maior parte das mulheres que desejava estudar e tornar-se profissional ainda esbarrava em sérias dificuldades, principalmente se desejassem profissões para cuja capacitação o ensino superior fosse fundamental.

Embora o governo brasileiro houvesse aberto em 1879 as instituições de ensino superior do país às mulheres, como a Faculdade de Medicina⁵, raras eram as moças que tinham condições de beneficiar-se do decreto, pois muito poucas tinham condições de obter o diploma de bacharel, condição para assegurar o ingresso no ensino superior: as moças que cursavam o ensino secundário freqüentavam escolas particulares, geralmente religiosas e inadequadas para esse objetivo.

As moças vindas de estratos mais abastados freqüentavam as aulas das escolas católicas e protestantes do ensino secundário que

⁵ Segundo June Hahner, em 1887 Rita Lobato Velho Lopes tornou-se a primeira mulher a receber o grau de médica no Brasil. (HAHNER (B), 1981, p.72.)

começavam a se instalar no país, onde aprendiam línguas, ciências, música e trabalhos de agulha, principalmente bordado.

As escolas religiosas femininas predominaram numericamente sobre as leigas no período estudado (1890-1920). Por terem exercido papel formador de algumas gerações de brasileiras, tornando-as educadas e prenyadas, tais instituições não só promoveram o ensino formal, como também se empenharam na formação do hábito da leitura de suas alunas, uma vez que importavam livros e formavam bibliotecas.

Talvez não seja precipitado imaginar que estas bibliotecas religiosas foram as primeiras a serem consultadas pelas mulheres, ainda que no ambiente estritamente escolar.

Apesar de mais numerosas e de duração prolongada, as escolas religiosas não foram as únicas que procuraram educar novas gerações de brasileiras. Nesse sentido, no setor privado, houve outras iniciativas, como a de Rangel Pestana, que inovou o currículo, mas não obteve sucesso.

Assim sendo, embora a educação feminina, se comparada com a masculina nas primeiras décadas do século XX possa ser considerada insuficiente, deu condições para que um seleto grupo de mulheres começasse a participar de atividades antes exclusivas dos homens, como fundar jornais e revistas.

3. A REVISTA FEMININA E A IMPRENSA DE E PARA MULHERES

Ainda no final do século XIX, as mulheres das elites paulistanas começaram a publicar revistas e jornais voltados ao público feminino. *A Família* (1888), *Álbum das Meninas* (1898), *A Voz Maternal* (1903), *A Mensageira* (1897), *Jornal das Damas* (1890), *O Chromo* (1901), *Revista Feminina* (1914). Algumas obtiveram relativa repercussão social,

conseguindo aglutinar esforços na manutenção de associações e obras beneficentes ou na divulgação dos novos interesses de instrução, profissionalização e/ou desenvolvimento cultural da mulher na sociedade paulista. (Cruz , 2000, p.97).

A proliferação de periódicos femininos e não-femininos não é um fator isolado do restante da vida sociocultural. É importante lembrar mais uma vez que, no Brasil, de 1890 a 1920, anos conhecidos por *belle époque*, o país se modernizava e se higienizava. Pensando no modelo europeu de cidade, principalmente no parisiense, medidas governamentais foram tomadas para transformar as capitais brasileiras em metrópoles com hábitos civilizados. Homens e mulheres das camadas mais populares não foram poupados: foram-lhes inculcados valores e formas de comportamento que

passavam pela rígida disciplinarização do espaço e do tempo do trabalho, estendendo-se às demais esferas da vida.

(...)

Das camadas populares se esperava uma força de trabalho adequada e disciplinada. Especificamente sobre as mulheres recaía uma forte carga de pressões acerca do comportamento pessoal e familiar desejado, que lhes garantissem apropriada inserção na nova ordem, considerando-se que delas dependeria, em grande escala, a consecução dos novos propósitos. (SOIHET, 2000, p.362.)

Como já foi dito anteriormente, a partir de 1890 instalam-se no país campanhas de alfabetização às mulheres e às crianças. As mulheres das camadas sociais menos abonadas também deveriam se alfabetizar, pois era necessário operar e ler manuais das máquinas das indústrias que então se instalavam, principalmente em São Paulo. Além disso, era necessário formar professoras, profissão rapidamente associada ao papel feminino, uma vez que era ela quem,

naturalmente, educava os filhos em casa. Se, por um lado, não se tratava ainda de uma capacitação profissional, mas de continuidade de sua natureza maternal, por outro, a mulher pode sair do analfabetismo que até então imperava no Brasil (LAJOLO & ZILBERMAN, 1996, p.262).

Por isso, não surpreende a crescente participação feminina nos periódicos, tanto da imprensa feminina, como da não-feminina. Embora não seja possível confirmar que havia mulheres menos abonadas que colaboravam com o periódico, é possível começar a reconhecer que mulheres menos e mais privilegiadas não só trabalhavam, como também faziam uso da escrita para reivindicar direitos, como o do voto feminino, e para buscar novos empregos.

Tal participação feminina nos periódicos permite considerar cada vez mais verossímil a hipótese de haver mais que 20% de brasileiras alfabetizadas que, por sua vez, começaram a desenvolver práticas de leituras, ainda que informais e veladas.

4. LEITURAS E LEITORAS DO “JARDIM FECHADO”

A seção “Jardim Fechado” da *Revista Feminina* partiu da sugestão de uma leitora, em dezembro de 1917, para que as leitoras pudessem ter um espaço onde corresponder-se-iam sob pseudônimo, trocando poesias, receitas, conselhos.

Entre os vários textos publicados ao longo da existência dos 9 anos desta seção – de 1918 a 1927 –, encontramos os mais variados assuntos, além das crônicas e poemas de autoria das leitoras: feminismo, conselhos sobre beleza, solidão, felicidade, o papel da mulher na sociedade e as preocupações em torno da leitura para mulheres, uma vez que parecia haver a idéia generalizada de que as mulheres não sabiam comportar-se quando conviviam com textos impressos. É o que podemos compreender do excerto abaixo, extraído da edição de 1919, no editorial intitulado “Leituras e Leitoras”:

Há muita gente que sabe ler e, ainda assim, não sabe o que ler. A mulher, principalmente, é vítima dessa penúria de escolha. Em geral são os romances de complicado enredo, de tramas amorosas morbidamente entrelaçadas, capitosas [sic], enervantes.

A leitora saboreia-os com sofreguidão e, não raro, a mãe de família os reconta à tardinha, no serão do terraço, à vizinha que visita, ou ao marido que descansa do expediente do dia. Bom seria se tanto se restringisse o auditório; mas ali perto, de mãozinha no queixo, as vezes uma curiosidade de dez anos a escuta, acompanhando, com os olhinhos espertos e a atenção apurada, as peripécias todas do impressionante discurso, sem que disso se aperceba a narradora, na preocupação minuciosa dos detalhes, nem o ouvinte, absorvida por inteiro a atenção no desenvolvimento da peça.

E na almasinha [sic] inotada [sic] da pequenina curiosa uma por uma vão caindo, perfidamente, gotas de um mau princípio, quase infalível conduto de desastrosos fins.

O excerto acima, embora curto, é rico em informações relativas às práticas de leitura de mulheres. Geralmente feitas pelas mães de família, servem como puro entretenimento e os romances são recontados oralmente, nas horas vagas, tanto para o marido que volta do trabalho, quanto para a vizinha que por acaso estiver realizando uma visita.

Isso mostra que as mulheres, as consumidoras por excelência de romances, ao mesmo tempo que não precisavam ler mais às escondidas, (como em *A normalista*, de Adolfo Caminha), lêem com sofreguidão, como se não soubessem os limites que a leitura, digamos, “ponderada”, impõe. Tais leitoras parecem, portanto, desqualificadas e correm o risco de se tornar inoportunas, uma vez que não só não permitem o descanso do marido no “aconchego do lar”, como também correm o risco de permitir que suas filhas ouçam trechos inadequados para sua pouca idade – atitude oposta que se espera de uma boa mãe.

Se tal análise permite uma construção de uma leitora pouco capaz, ao mesmo tempo revela a disseminação do hábito de ler entre mulheres – coerente com a informação de que entre o fim do século XIX e o início do século XX São Paulo triplicou os índices de matrícula na instrução primária.

Se as mulheres começavam a ter mais liberdade para ler romances, era necessário, portanto, saber recomendar títulos e autores para as novas gerações, como sugere o terceiro e último parágrafo do trecho reproduzido anteriormente.

Assim, fica mais fácil entender a progressiva inserção de trechos das colaboradoras em torno da leitura para mulheres na seção “Jardim Fechado”, único espaço do periódico em que aparentemente podiam emitir e debater suas opiniões.

É importante lembrar que a análise da *Revista Feminina*, ao mesmo tempo que permite entrever novos hábitos de leitura entre as mulheres, sugerindo uma espécie de emancipação intelectual, resiste ainda às mudanças de costumes, como no trecho que segue, extraído de “Jardim Fechado”, de fevereiro de 1919, assinado por Ignez Silva:

À muito digna redação da *Revista Feminina*, votos de aplauso pela campanha moralisadora que empreendeu, fazendo ver a nossa sociedade os erros que diariamente cai. Nós, as mulheres brasileiras que, com poucas companheiras no mundo moderno, não obtivemos ainda a liberdade, devemos nos tornar dignas dela, procurando corrigir na família a educação péssima que se dá atualmente às meninas. Sob a desculpa “que é moda” vê-se às soltas meninas de 10 a 15 anos, em bailes e cinemas diários, o que faz dizer que as mulheres não darão para nada mais do que cuidar da casa e criar os filhos, digo criar, porque educar são raríssimas as que se dão este trabalho. Mas ao ver a nossa falta de educação moderna, admira como ainda dão para isso.... Para que o feminismo não seja uma utopia entre nós, precisamos educar as moças, para

que se façam respeitar, e os rapazes, para que respeitem mesmo aquelas que não se dão respeito. É o que não se vê atualmente. (...)

Tal trecho é bastante elucidativo daquilo que venho detectando na *Revista Feminina*: ao mesmo tempo que divulga a importância e os cuidados com as práticas de leitura entre as mulheres, ressen-te-se dos novos hábitos assumidos provavelmente pela mesma parcela da população. No início do século XX a cidade de São Paulo passava por transformações, urbanizando-se rapidamente. Além disso, havia na capital paulistana forte ressonância dos movimentos sufragistas e feministas internacionais.

Conforme relata Ana Luiza Martins, configurava-se entre o público feminino uma nova categoria de mulheres — a das consumidoras de produtos de toda ordem:

Nesse sentido, coube ao periodismo a prefiguração de modelos femininos, reiterando a tradicional postura de rainha do lar, mas abrindo um leque de condutas alternativas, em que se projetou a mulher emancipada, educadora, esportista, saudável, moderna, e por que não, a sufragista e feminista. Em outras palavras, prefigurava-se a mulher que interessava ao mercado, identificada como cliente em potencial, capaz de influenciar as decisões da família, vista como um ser em expansão. (MARTINS, 2001, p. 379).

Em junho de 1919, a *Revista Feminina* publica o artigo “O Feminismo em marcha; A *Revista Feminina* e o movimento sufragista”, de página inteira, sob o pretexto de manifestar apoio a Lizia Graziella Cesar que, após consulta ao Ministro da Fazenda, é informada de que poderia inscrever-se não só para o concurso a um cargo daquele ministério, como pretendia, como também para o Ministério da Viação.

É curioso notar que tal notícia ocupa menos da metade da página. Todo o restante versa sobre o feminismo pretendido pela *Revista Feminina*:

O que nós chamamos feminismo não é nenhum ideal revolucionário ou reacionário, como o entendem os espíritos menos fixados nos aspectos reais da vida. O feminismo pelo qual nos batemos é o que tende a melhorar as condições da mulher brasileira, mantendo-a, porém, a escrava do seu lar, esposa amantíssima, mãe carinhosa, submissa aos seus deveres de honra como mulher e como esposa.

[...]

É assim que entendemos o feminismo: como a corrente social que tende a reconhecer às mulheres que são forçadas ao trabalho as mesmas defesas e a mesma assistência que aos homens se concedem.

Percebe-se, portanto, na citação acima, que o feminismo pretendido era o feminismo possível da época: já que havia a necessidade de algumas mulheres participarem do trabalho remunerado – “mulheres forçadas ao trabalho” – elas deveriam ter os mesmos direitos atribuídos aos homens, desde que não abandonassem seus deveres: “esposa amantíssima”, “mãe carinhosa”, “submissa” aos seus deveres de honra como mulher e como esposa

Ao longo dos exemplares da *Revista Feminina* nota-se, de fato, as diversas pressões sobre a mulher do início do século XX: exigia-se que continuasse a funcionar como guardiã da moral e dos bons costumes da família, principalmente das filhas, evitando, por exemplo, que permitissem freqüentar os “bailes e cinemas diários” em nome do “feminismo”.

Mas, afinal, de que “feminismo” estava se tratando? Embora não seja objeto de análise da pesquisa, vale dizer que o feminismo retratado nas páginas da *Revista* aparentava ser apenas um apanhado de informações das campanhas a favor do voto feminino no



exterior, sem mudar em nada os papéis atribuídos à mulher na sociedade brasileira, a saber: boa esposa, mãe e enfermeira dos familiares. Afinal,

o culto à mulher podia combinar-se com o sufrágio. O 'anjo que vela por nossa paz e felicidade' podia também depositar o seu voto na urna (HAHNER (B), 2003, p. 276).

Cuidar da própria aparência e das demais assinantes também era um dos assuntos recorrentes na seção "Jardim Fechado". Às vezes aproximando-se do discurso médico (e, portanto, do papel de enfermeiras do lar), como no trecho a seguir, assinado por Nair Veiga, de maio de 1919, podemos observar uma rede de solidariedade entre as mulheres. Afinal, como já foi dito anteriormente, elas passaram a ser vistas como consumidoras e deviam tomar certas precauções para não caírem sob a influência da publicidade que começava se configurar:

Muitas sócias, que se abrigam na intimidade desta seção, têm recorrido às suas companheiras para saber qual o processo mais eficaz para curar as manchas e panos [sic] do rosto. Eu, apesar de não ter nenhum defeito na pele, sempre me interessei por esse assunto. Por esta mesma seção, algumas sócias, entre elas uma cujo nome não me ocorre, dão como causa desse defeito certas enfermidades internas e não apenas da pele, como a princípio parece. E têm razão. Para as espinhas, botões [sic], furúnculos, o intestino é o responsável. Para as manchas e panos cabe a responsabilidade aos rins e principalmente ao fígado. Portanto, qualquer medicação de uso externo, como cremes, pomadas, massagens, não produz resultado senão passageiro e o mal há de voltar enquanto não se restabelecer a saúde do órgão afetado.

Como se pôde observar até agora, a seção "Jardim Fechado" permitiu às assinantes que escrevessem sob pseudônimo poesias,

trechos literários, receitas, curiosidades e informações as mais diversas. Aos poucos, no entanto, a seção vai se constituir principalmente num espaço aberto à colaboração literária das leitoras que enviavam poesias, crônicas, pensamentos e questões relativas à leitura. Na edição de janeiro de 1920 encontramos o seguinte trecho, assinado por "A mineira":

Damos hoje uma série de questões de alto interesse para a elevação da mulher e, conseqüentemente, da pátria, às mulheres estudiosas. Cada leitora deve-nos mandar seu próprio pensar, do modo o mais dignificante para si mesma e para a pátria.

À vencedora ofereceremos um livro, um livro precioso, à que mais se aproximar da verdade, daremos as *Cartas de Santa Teresa de Jesus*, obra-prima de literatura e religião.

1. Por que e para que tenho um cérebro?
2. Por que sou mais sensível e mais casta que o homem?
3. Por que amo a paz e obedeço às leis?
4. Por que meu encéfalo pesa menos que o do homem?

5. O anatomista Testut ensina que *à medida que nós nos elevamos na escala zoológica, a medula perde peso. A medula do homem pesa de 26 a 30 grs.s, a da mulher de 24 a 29 grs, a do macaco pesa mais do que a do homem. Quem evoluiu mais?*

6. Em que idade deve a mulher pensar em casamento?

O concurso terminará no dia 14 de julho, data comemorativa da queda da Bastilha.

Tal trecho, risível aos olhos dos leitores do século XXI, permite uma série de ponderações. Em primeiro lugar, premia com uma obra de cunho religioso as respostas mais corretas que têm por pressuposto conhecimentos da anatomia divulgada na época. Em segundo, mas não menos importante, parece prever nas possíveis respostas uma reação à idéia disseminada na época de que as mulheres são inferiores aos homens. Afinal, se por um lado, o encéfalo feminino é menor que o masculino, o que pode ser um rebaixamento, sua

medula pesa menos que a dos homens, o que pode ser uma emancipação. Ao mesmo tempo, a mulher é tida como casta, amante das leis e da paz.

Infelizmente, não encontrei nas edições seguintes as possíveis respostas, mas volto a insistir que a publicação das questões que sustentaram tal concurso são dignas de nota, pois podem manifestar uma tentativa de reação à inferioridade atribuída à mulher, tendo um livro religioso como prêmio. Talvez possamos pensar, a partir deste pequeno trecho, o conflito entre ciência e religião. Enquanto a ciência da época tentava justificar, a partir de medidas do tamanho do cérebro a inferioridade da mulher, já que o do homem era maior, é possível pensar a partir de tal excerto que, sob o mesmo tipo de raciocínio “médico”, as mulheres mais “ilustradas” tentavam se defender de tais argumentos e, para não romper muito com o pensamento vigente, mostravam-se voltadas à religião, como sugere o título do livro oferecido como prêmio.

Concursos ou “enquetes”, para usar a expressão empregada na própria *Revista*, eram muito comuns na seção “Jardim Fechado”. Em março de 1920 encontramos uma colaboração de Alice Brun, do Rio de Janeiro, em que comenta ter muito interesse e curiosidade na enquete sobre os melhores sonetos brasileiros:

Nair Veiga:

A senhora não imagina o interesse e a curiosidade com que tenho acompanhado a “enquete” a propósito dos sonetos brasileiros. Ainda há pouco li uma coleção de sonetos que, diz o colecionador, são os melhores que se escreveram no Brasil. Li-os e, francamente, não encontrei dez que me satisfizessem plenamente e a coleção compõe-se de algumas centenas. Em geral, os antologistas, como muito bem disse a senhora, recolhem as composições poéticas de acordo com seu exclusivo gosto pessoal e não curam, como é natural, de indagar do gosto dos outros. Ora, nós, as mulheres, temos um gosto que é nosso, e é justo que façamos uma antologia para nosso uso.

A sua iniciativa pois é originalíssima e será coroada do mais franco sucesso. Eu também adoro o soneto. É o melhor gênero literário. Permita-me que concorra também para a sua enquete, enviando-lhe oportunamente alguns sonetos dentre os que, segundo o meu gosto, são os melhores.

Tal trecho é bastante sugestivo pois revela o forte empenho da remetente em participar do concurso, lendo, para isso, uma antologia que se compõe de mais de uma centena de sonetos. Só esta informação, se verdadeira, faz da remetente uma leitora muito qualificada, pois não só se dá ao trabalho de ler, como também o de selecionar sonetos. Mais do que isto: parecendo avançada para a época, propõe uma antologia dirigida por e para mulheres, ou seja, uma espécie de leitura feminina, de gênero, uma vez que o fazer literário até então estava nas mãos de críticos homens. Por último, a remetente diz amar o soneto e afirma, sem maiores explicações, que considera este o melhor gênero literário. Tal atitude deve ser considerada como representante de um tipo de comportamento novo para a época – a da mulher que tem competência para elaborar uma crítica literária e propor soluções para aquilo que considera inadequado.

Tal trecho combina com o assinado por uma certa A. Leonny, do Ceará, que revela o desconforto da remetente com o gênero poético:

Não gosto de versos nem de poetas. O verso, por mais belo que seja, sempre me parece artificialoso; o poeta, por mais sincero que se mostre, sempre me parece falso. O verso é artificialoso, porque obedece ao ritmo, à rima, à variedade de vogais, a mil preceitos e regras que o escravizam, acabam por sacrificar a sua sinceridade; o poeta é falso, porque, obrigado a estudar as paixões, para pô-las dentro do verso, a medir-lhes o tamanho para que caibam no rimo, acaba por tonar-se afetado.

Estou transcrevendo a tal citação literalmente de propósito, pois tenho a intenção de explicitar como a autora vai além de um simples desconforto com o gênero poético: ela prega aquilo que os modernistas iriam dizer poucos anos mais à frente: o verso deve ser livre, isto é, sem rimas nem ritmo. Não se podem restringir as emoções a formas rígidas de escrita. O poeta e suas sensações devem ser completamente livres. Parece que a remetente cearense tinha as mesmas críticas relativas ao fazer poético que os intelectuais modernistas. Vale reforçar, mais uma vez, que as remetentes que assinam com nomes femininos talvez fossem pseudônimos de colaboradores homens, mas, ainda assim, é sugestivo pensar que algumas dessas mulheres possam ter sido as autoras de tais cartas.

As enquetes também giravam em torno de questões muito específicas do mundo feminino. Assim como no exemplo anterior, em que se perguntavam por que as mulheres, biologicamente, podem ser consideradas inferiores ao homem, em junho de 1919, também na seção “Jardim Fechado”, encontramos as seguintes questões:

A todas as amáveis amiguinhas do nosso “Jardim”, dirijo hoje duas perguntas de interesse prático e geral, na certeza de trocarmos idéias:

1. Se vos tornardes, por acaso, pobres, que carreira escolheríeis para ganhar a vida e por quê?

2. Se vos tornardes, porventura, rica, em que consagrareis a vossa vida e por quê?

Aguarda muitas e proveitosas a amiguinha Alby (Descalvado, 22 de maio de 1919)

Em agosto de 1919, Alby ganha respostas de Nenê, de Campinas:

É interessante a enquete. Estou ansiosa por saber o que as outras responderão.

“Se vos tornardes pobre, por acaso, que carreira escolheríeis para ganhar a vossa vida e por quê?”

A essa pergunta respondo: Estudar a datilografia, taquiografia e escrituração mercantil para me empregar num banco, numa casa de comércio ou no escritório de uma companhia de seguros. Gosto do trabalho e um dos maiores prazeres que tenho é cumprir os meus deveres. Essa vida de escritório, por ser trabalhosa, traz repouso ao espírito e desvia de nossa imaginação os devaneios inúteis.

“Se vos tornardes, porventura rica, em que consagraríeis a vossa vida e por quê?”

Quanto a essa pergunta, respondo: Iria viajar, correr o mundo, ver civilizações, raças, curiosidades e exotismos. Não me demoraria muito na Europa, porque a civilização européia nos é muito conhecida e é pouquíssima interessante. Preferiria ver o Oriente, a China, o Japão, a Pérsia, o Egito, todos esses países onde a vida é inteiramente diversa da nossa, onde são diversos os costumes, os tipos, as religiões, tudo enfim. [...]

Aí ficam respondidas as perguntas.

Nem sempre foi possível localizar respostas às enquetes localizadas no “Jardim Fechado”, mas vale destacar que elas, quando ocorriam, podiam tratar desde temas literários, até perguntas sobre comportamento feminino e impressões sobre a vida.

Na edição de março de 1920, na seção “Jardim Fechado”, encontramos uma carta interessante porque esta também recebe resposta, na edição de maio de 1920. Diz a primeira carta, assinada por Iracema, de São Paulo, e endereçada à “assinante 5.539” que:

Não conheço, em nossa língua, nenhum autor de economia doméstica e creio que os não há. Conheço em língua francesa um livro sobre esse assunto [...]

A resposta que tal carta recebe vem de Santo Antônio da Boa Vista, assinada por Dalila Brandão:

No último número da *Revista* deparei uma resposta de Iracema à assinante 5.539, em que declarava não conhecer “em nossa língua nenhum autor de economia doméstica” e cria não os haver. Pois bem: tendo eu em minha estante um ótimo livro nesse sentido, cumpro um dever de solidariedade em o indicar: trata-se das *Noções de economia doméstica*, por Heitor Guimarães, impresso em Belo Horizonte – Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. É uma obra de incontestável utilidade (...)

Tal resposta é interessante porque indica a circulação de livros e a formação de bibliotecas particulares femininas.

Trocar informações sobre onde podem ser adquiridos certos livros é marca presente da *Revista Feminina*. Na citação anterior perguntava-se sobre livros referentes a economia doméstica mas, em outros trechos do “Jardim Fechado”, nota-se a diversidade de autores e títulos que interessavam as mais diversas leitoras para serem adquiridos:

Em agosto de 1919, M.P.F.C., de Goiás responde a algumas leitoras e ao mesmo tempo lança novas questões. Inicialmente responde a uma carta escrita um ano antes por uma certa J.P., de Jaú, sobre os livros que recomendou à senhora Brígida, de Santos:

A senhora encontrará o livros por mim indicados à Da. Brígida, na Livraria Teixeira, rua de S. João, n. 16, São Paulo, exceto as obras de frei Pedro, edição da Vozes de Petrópolis.

Na Livraria Teixeira a senhora encontrará ainda a tradução de dois formosos romances da escritora alemã Mme. Eugenie John, que assina seus trabalhos com pseudônimo de Marlitt; *A Segunda Mulher* e *o Segredo da Solteirona* podem ser colocados entre as mãos da moça mais escrupulosa.

Recomendo ainda na mesma livraria um interessantíssimo livro de John Carling, intitulado *A queda de César*.

E, na seqüência, a goiana perguntou:

Qual é o romance que mais tem agradado às leitoras de Jardim Fechado e por quê?

Na opinião das inteligentes colaboradoras desta seção, qual é o romancista que melhor sabe compreender e definir a alma feminina?

Embora não tenha conseguido localizar as respostas às questões propostas por M.P.F.C. nas edições seguintes, ela continua recomendando livros e autores:

Apreciei muito saber que os livros de Marlitt por mim indicados às flores deste formoso Jardim tenham agradado à Verbena. Numa resenha sobre 'romances honestos', publicada no 'Apostolado das Filhas de Maria no Brasil' há algumas linhas dedicadas a Marlitt e à enumeração das suas obras.

[...]

Ignoro, entretanto, em que livraria poderá Verbena encontrar *La servante du régisseur* e os outros romances de Marlitt.

Muito estimorei que estas linhas possam proporcionar-lhe algumas horas de leitura agradável.

[...]

Se não conhece ainda o romance *Nhonhô Rezende*, de Abel Juruá, deverá procurar conhecê-lo, pois é um livro que merece ser lido. Tenho certeza [de] que gostará imenso de *Nhonhô Rezende*. (*Revista Feminina*, ago. 1920, n. 75).

É interessante notar a rede de informações que a seção "Jardim Fechado" permitiu formar. As leitoras não só escreviam sobre livros e sobre o fazer poético, como também começaram a vencer resistências e a publicar textos de sua autoria, como Nadir, que publica em junho de 1919 "O amor e ódio", na edição 62; Lourdes Lambert, que publica em agosto de 1919, na edição número 63, "Desvanecer de sonhos"; e Niny, que publica em dezembro do mesmo ano, na edição 67, "Homenagem". Nair Veiga, Sertaneja, Lyliá Guedes,

Potiguarina e Marilda Palínia foram outras colaboradoras assíduas do “Jardim Fechado”, (MASCARO, 1982, p.135).

Embora não se possa identificar atualmente quem foram Nadir, Lourdes Lambert, Niny, Nair e as outras, pois não há registros sobre elas, não parece equivocado começar a supor que foi graças à permanência do “Jardim Fechado” e à insistência estampada em sua página para que as leitoras publicassem seus textos, que ocorreu tal participação, contrariando a mentalidade vigente da época: a de que as mulheres deveriam, no máximo, ler os livros de rezar e de alfabetizar seus filhos. Ser profissional de letras não era considerado adequado às mulheres, a menos que escrevessem obras pedagógicas, voltadas à infância brasileira.

No “Jardim Fechado” de junho de 1919, Clarita, de Casa Branca, expressa sua paixão pela poesia. Desta vez, não se trata mais de uma possível possuidora de livros, mas de conhecimentos literários, adquiridos pela força do hábito da leitura:

A coisa de que mais gosto é a poesia. Poucas pessoas haverá de minha idade e do meu sexo que tenham lido tanto como eu. E como sou leitora cuidadosa, quando leio romances, novelas ou poesias, não o faço, como usam geralmente as moças, pelo interesse do enredo, dos episódios sensacionais e do desfecho. Leio os bons autores meditando cada página, demorando minha atenção na sintaxe, no emprego do vocabulário, nos conceitos, nas observações do autor, em tudo, enfim, de que possa tirar proveito para a minha cultura.

Vê-se neste trecho que a remetente deixa de praticar a leitura por lazer e de entretenimento para com ela aprender a sintaxe e ampliar sua cultura geral.

Pouquíssima modesta, um pouco mais à frente a mesma remetente continua:

Em literatura portuguesa e brasileira pouca coisa restará para eu ler (...).

Se é verdade que Clarita aproveita o que lê para aprender e que já leu quase todo o acervo existente das literaturas brasileira e portuguesa [sic], é surpreendente como dá continuidade à sua carta. Primeiro, por declarar que apenas o poema é capaz de "traduzir certos estados d'alma":

Minha ardente vocação é o verso. Só o verso, com o seu ritmo, com a sua música, com a curiosidade cantante das suas rimas é que pode traduzir certos estados d'alma, para os quais a prosa é um instrumento bem frouxo.

e, em seguida, por recorrer a um símile de gosto duvidoso, "amar os versos como os batráquios amam as estrelas", no parágrafo seguinte:

Mas eu amo o verso como os batráquios amam as estrelas, sem nunca conseguir alcançá-las. Nunca consegui compor uma estrofe que saísse ao meu gosto, clara, perfeita e brilhante, às vezes parece-me que o verso é um instrumento, como, por exemplo, o piano, cuja aprendizagem não depende somente do gosto e do esforço, mas também da escola e da técnica. Ora, o que me falta é a técnica e a escola. Haverá algum compêndio que ensine essas coisas?

Clara Câmara responde a Clarita da seguinte forma, no "Jardim Fechado" de novembro de 1919:

A técnica do verso é a coisa mais fácil que há. A sua aprendizagem faz-se em menos de uma semana. Eu nunca fiz verso nem tentei fazê-los. Mas estudei versificação para poder senti-los. Creio que o verso não tem segredos para mim [...]. Estudei versificação pelo método Feliciano de Castilho, que reputo, senão completo, ao menos de uma utilidade imprescindível. O tratado de Castilho, como observei, tem lacunas, porque é um pouco antiquado. Mas ele fornece

cabalmente os primeiros elementos. O resto deve ser feito pela leitura constante dos grandes poetas, que valem mais que os melhores métodos.

A troca de correspondência entre Clara Câmara e Clarita recai sobre a produção de texto poético, embora nenhuma das duas seja poeta. Enquanto a primeira recorre ao já citado símile de gosto duvidoso, a segunda afirma dominar a técnica poética, sem nunca tê-la exercido, mas aconselha a leitura dos “grandes poetas”, sem, no entanto, nomeá-los.

Dessa curta troca de correspondência podemos intuir que ambas se sentem bem mais constrangidas para escrever e publicar obras de sua autoria, do que em divulgar publicamente hábitos de leitura. Isso talvez explique por que o português Feliciano de Castilho, autor de *Método Português Castilho*, obra produzida em 1846, mas divulgada e adotada no Brasil em 1855, é lembrado como uma referência positiva. Basta lembrar que o método teve como preocupação central a introdução na leitura e incluía as mães de família como agentes da propagação de sua proposta, como mostra a “Súplica Final”, reproduzida em *Correspondência Pedagógica*, também de sua autoria (LAJOLO & ZILBERMAN, 1996, p.187):

Termino rogando aos srs. Professores, pais ou mães de famílias e outras quaisquer pessoas, que hajam ensinado por este método, ou o tiverem meditado, se sirvam fazer-me saber por qualquer via tudo o que nele acharem necessitar de emenda, já por diminuto, já por excessivo ou redundante, já por mal explicado, a fim de que obra tão útil possa aperfeiçoar para ulterior edições.

Assim sendo, não parece surpreendente a referência a Antonio Feliciano de Castilho por uma mulher do início do século XX, que possivelmente se beneficiou das campanhas de alfabetização no país, ocorridas a partir de 1889, ano em que se instalou a República no Brasil, sob forte influência positivista.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos ao longo de todo este texto que as mulheres leitoras da *Revista Feminina*, ao mesmo tempo que se diziam feministas e leitoras interessadas em versos, zelavam muito pela sua aparência e manutenção dos bons costumes. Os exemplos evidentemente não se esgotaram, mas não trariam informações novas ao que se está configurando: a *Revista Feminina* prestou um grande serviço às suas assinantes porque ao mesmo tempo que preservou os costumes da época, foi, aos poucos, introduzindo assuntos antes vetados às brasileiras: o feminismo, e, o que mais me interessa destacar, o direito à leitura e à escrita. O “Jardim Fechado” tinha como propósito privilegiar a prática da leitura e da escrita de suas assinantes, possivelmente em detrimento das eventuais leitoras não-assinantes. Tal estratégia pode ser entendida como uma espécie de sedução para que as não-assinantes se tornassem assinantes, ganhando, junto com a assinatura, o direito de publicar, antes privilégio exclusivo dos homens.

A *Revista Feminina* cresce ao longo de sua existência, não só em número de exemplares, mas também em sucursais e agências⁶ que vão se instalando em diversos estados do país. Em dezembro de 1920, encontramos referência a sucursais em Recife, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul e agências no Ceará, em Santa Catarina, em São Paulo (Campinas e Ribeirão Preto), Mato Grosso, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pará, Amazonas, Paraná e Bahia.

Além disso, novas seções vão sendo inauguradas na *Revista*. A primeira idéia de orientar as leitoras a respeito de problemas médicos surge em abril de 1915 – um ano após sua primeira edição. (MASCARO, 1982, p. 143)

⁶ Não ficou muito claro durante a pesquisa o que a direção da *Revista Feminina* entendia por “sucursais” ou “agências”, mas o importante é notar que novos centros de distribuição vão se configurando.

Ainda em 1915, a *Revista Feminina* mantém um espaço reservado para noticiar novos lançamentos e também acusar e agradecer revistas e livros recebidos (MASCARO, 1982, p.147). Em 1918 a seção ganha o nome de “Livros Novos” e pode servir como forte indicador do movimento editorial da época (MASCARO, 1982, p.150-51).

Em edição cuja data ainda não consegui localizar, encontra-se a divulgação da seção “Departamento de encomendas” que parece não ter se constituído, mas é reveladora dos objetivos da *Revista* e reveladora de seu crescimento:

Com o crescente desenvolvimento que vem tendo a *Revista Feminina*, novas reformas vamos introduzindo não somente na parte redatorial, como administrativa. Depois de melhorarmos todas as seções, desenvolvendo-as, resolvemos criar junto à nossa gerência um novo departamento – a seção de encomendas. Esta seção é destinada a atender os pedidos feitos pelas nossas representantes e assinantes do interior. Muitas vezes, uma senhora qualquer deseja adquirir um produto, um livro, um par de luvas, enxovais de casamentos, mobílias, finalmente deseja comprar um ou mais objetos, nesta cidade, mas não tem uma pessoa capaz de fazer essa compra e remetê-la ao devido destino, encaixotando-a cuidadosamente e com toda a brevidade. Pois bem: nós nos encarregamos desse trabalho todo, gratuitamente, visando dest’arte facilitar o quanto for possível as nossas amigas no interior.

Com tal citação encaminho a finalização do texto, pois ela sintetiza aquilo que quis mostrar ao longo de minha análise: a *Revista* sobrevive financeiramente por 22 anos porque vai se modernizando ao longo do tempo, porque pede às assinantes que participem do “Jardim Fechado” na condição de assinantes, etc. Além disso, passa a divulgar a importância da leitura para mulheres para que suas filhas tenham em mãos textos saudáveis, que não firam os padrões da época.

A leitura, de fato, é um dos vários temas que permeiam a *Revista*. Como acabamos de ver na última citação, livros aparecem listados ao lado de “um produto”, “um par de luvas”, “enxovais de casamento”, “móveis” etc. Em outras palavras: A *Revista* ao mesmo tempo que permitiu o acesso às mulheres ao mundo da palavra impressa, não modificou seus costumes – nem mesmo quando se referia ao feminismo no Brasil e no mundo.

ABSTRACT: *The research examines Revista Feminina, a magazine published from 1914 to 1936, and the education of female readers during the same period. Therefore, it analyses the section “Jardim Fechado” (“Closed Garden”) where subscribers exchanged letters on various subjects — including the practice of reading.*

The research aims to confirm that there was a much more effective female reading practice than that recognized by official history.

It is also important to reinforce that since the end of the 19th century there were other magazines written by women for women in Brazil, and Revista Feminina is one of them. This may be seen as the beginning of the deconstruction of the information that by 1920 only 20% of the female population were literate and therefore potential readers in this country.

KEY WORDS: *Revista Feminina; Readings’ Practice; Jardim Fechado (Closed Garden).*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, J.S. de. (1998) *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Unesp.
- BHABHA, H. (2001) *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- CHARTIER, R. (2001) *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade.
- CRUZ, H.F. de. (2000) *São Paulo em papel e tinta; periodismo e vida urbana*. São Paulo: Educ; Fapesp; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado SP.

- HAHNER, J.E. (2003) *Emancipação do sexo feminino*. Florianópolis: Ed. Mulheres: Edunisc.
- HAHNER, J. (1981) (B). *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- IBGE. (1927) *Anuário Estatístico do Brasil. 1o. ano. (1908-1912)*. Rio de Janeiro, Tipografia da Estatística do IBGE do Rio de Janeiro.
- LIMA, S.L.L. (1991) *Espelho da mulher: Revista Feminina (1916-1925)*. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (Usp), 1991.
- LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. (1996) *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.
- MASCARO, S. de A. (1982) *A "Revista Feminina": Imagens de mulher (1914-1930)*. Dissertação de Mestrado defendida na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (Usp), na área de Ciências da Comunicação.
- MARTINS, A.L. (2001) *Revistas em revista*. São Paulo: Fapesp; Edusp; Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. (1920) *Sinopse do recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920. População*. Rio de Janeiro, Tipografia da Estatística, v. 4.
- NADAI, E. (1976) *Ginásio do estado de São paulo; uma preocupação republicana (1889-1896)*. Dissertação de Mestrado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (Usp).
- RAINHO, M. do C.T. (2002) *A cidade e a moda*. Brasília: Editora da UnB.
- SOIHET, R. (1989) *Condição feminina e formas de violência; mulheres pobres e ordem urbana*. Rio de Janeiro: Forense.
- TANURI, L.M. (1979) *O Ensino Normal no Estado de São Paulo 1890-1930*. São Paulo: Edusp.